



# **MUNICÍPIO DE JUÍNA**

## **PODER EXECUTIVO**

### **ESTADO DE MATO GROSSO**

**LEI N.º 1.898/2019.**

Institui a Política Municipal do Livro, no âmbito do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1.º** Fica instituída a Política Municipal do Livro, destinada a promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização de livros no Município de Juína-MT, com vistas à difusão da cultura, à transmissão do conhecimento, ao estímulo à pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural.

**Art. 2.º** Para efeitos desta lei considera-se:

**I - livro:** a publicação não periódica de textos escritos, em fichas ou folhas grampeadas, coladas ou costuradas, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e com qualquer acabamento;

**II - autor:** a pessoa física criadora de livros;

**III - editor:** a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

**IV - distribuidor:** a pessoa jurídica que atua no ramo de compra e venda de livros por atacado; e,

**V - livreiro:** a pessoa jurídica ou o representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

**Parágrafo Único.** Equiparam-se a livro:

**I - fascículos e publicações de qualquer natureza que contenham parte de livro;**

**II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;**

**III - roteiros de leitura e estudo de obras literárias ou didáticas;**



# MUNICÍPIO DE JUÍNA

## PODER EXECUTIVO

### ESTADO DE MATO GROSSO

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - obras divulgadas em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual; e,

VIII - obras impressas em *braille*.

Art. 3.º A política de que trata a presente Lei tem como objetivos:

I - assegurar o direito de acesso e uso do livro;

II - fomentar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

III - estimular a produção, por escritores e autores juinenses e mato-grossenses ou residentes no Estado, de obras de caráter científico e cultural;

IV - promover e incentivar o hábito da leitura;

V - preservar o patrimônio literário, bibliográfico e documental do Município;

VI - criar condições para que o mercado editorial do Município de Juína-MT possa competir no cenário nacional e internacional;

VII - apoiar a livre circulação no País de livros editados no Município de Juína-MT;

VIII - capacitar a população para o uso do livro, como fator fundamental para seu progresso econômico, político e social e para a justa distribuição do saber e da renda;

IX - promover a instalação e a ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros no Município;

X - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros do Município de Juína-MT as condições necessárias ao cumprimento do disposto Na presente Lei; e,

XI - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Art. 4.º Para a consecução dos objetivos previstos na presente Lei compete ao Poder Público, isoladamente ou por meio de parcerias públicas ou privadas:



# MUNICÍPIO DE JUÍNA

## PODER EXECUTIVO

### ESTADO DE MATO GROSSO

I - criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, bem como ampliar os projetos existentes;

II - estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura;

III - incentivar a criação e a execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) exigência de acervo mínimo de livros nas bibliotecas escolares para autorização de funcionamento de escolas públicas e privadas;

c) incentivo à adoção, pelas escolas públicas e privadas, de obras literárias produzidas no Município de Juína-MT;

d) elaboração, pelos órgãos competentes, de um cronograma de eventos e atividades de incentivo à leitura nas escolas da rede pública municipal e estadual;

IV - incentivar à exportação de livros produzidos do Município de Juína-MT e à sua venda em feiras e eventos internacionais; e,

V - apoiar cursos de capacitação nas áreas de produção, edição e comercialização de livros no Município de Juína-MT.

Art. 5.º É obrigatória a adoção do número internacional padronizado ISBN, bem como da ficha de catalogação, para publicação do livro.

Parágrafo Único. O número a que se refere o *caput*, do presente artigo, constará da parte inferior da quarta capa do livro impresso.

Art. 6.º O livro não é considerado material permanente para fins de controle dos bens patrimoniais das bibliotecas públicas.

Art. 7.º De toda produção de livros do Município de Juína-MT, 02 (dois) exemplares de cada livro deverão ser destinados pelos editores às bibliotecas estaduais, conforme disposto na Lei de Incentivo à Cultura.

Art. 8.º Fica obrigatória a aquisição anual pelo Poder Executivo Municipal de livros de escritores e autores juinenses e mato-grossenses ou residentes no Estado, de obras de caráter científico e cultural, para abastecimento dos acervos das bibliotecas escolares da rede municipal, comunitárias e da Biblioteca Pública.



# MUNICÍPIO DE JUÍNA

## PODER EXECUTIVO

### ESTADO DE MATO GROSSO

Parágrafo Único. Os recursos financeiros para aquisição que trata o *caput*, do presente artigo, deverão ser oriundos do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.821/2018.

Art. 9.º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial, no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei, sempre que necessário, por Decreto do Executivo, e baixar outros atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 27 de novembro de 2019.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO  
Prefeito Municipal

da Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 13.465/2015, em seus artigos 9º e seguintes, nos moldes da Resolução de Consulta do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso nº. 05/2009.

§ 2º Após a devida regularização do imóvel doado junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis por parte do Município de Itaúba, fica autorizada a lavratura do pretendido Termo de Doação, para fins de escrituração do bem, devendo as despesas serem custeadas pela Donatária.

§ 2º Após o devido desmembramento/parcelamento do lote de origem denominado, Lote 012, Quadra 010, Setor "B", junto ao competente Cartório de Registros de Imóvel, objeto da presente doação, fica autorizada a lavratura do pretendido Termo de Doação, para fins de escrituração do bem, devendo as despesas serem custeadas pelo Donatário.

Art. 27. Ficam alterados os §§ 1º e 2º ambos do art. 1º da Lei nº. 1.317, de 16 de agosto de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A presente doação objetiva a legitimação da posse à Donatária, conforme autoriza a Lei Orgânica Municipal em seu art. 139, inciso XIV, o art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 13.465/2015, em seus artigos 9º e seguintes, nos moldes da Resolução de Consulta do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso nº. 05/2009.

§ 1º A presente doação objetiva a legitimação da posse à Donatária, conforme autoriza a Lei Orgânica Municipal em seu art. 139, inciso XIV, o art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 13.465/2015, em seus artigos 9º e seguintes, nos moldes da Resolução de Consulta do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso nº. 05/2009.

§ 2º Após a devida regularização do imóvel doado junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis por parte do Município de Itaúba, fica autorizada a lavratura do pretendido Termo de Doação, para fins de escrituração do bem, devendo as despesas serem custeadas pelo Donatário.

§ 2º Após o devido desmembramento/parcelamento do lote de origem denominado, Lote 014, Quadra 020, Setor "B", junto ao competente Cartório de Registros de Imóvel, objeto da presente doação, fica autorizada a lavratura do pretendido Termo de Doação, para fins de escrituração do bem, devendo as despesas serem custeadas pelo Donatário.

Art. 28. Fica alterado o "caput" do art. 1º e os §§ 1º e 2º ambos da Lei nº. 1.318, de 16 de agosto de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover doação do imóvel público denominado, Lote 010, Quadra 010 A, Setor B, localizado na R. Marcio Penn, esquina com R. do Agricultor, nº. 10, bairro Cidade Alta, em Itaúba-MT, ao Sr. OTAVIO LUIZ FIEL, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade C.I./R.G. nº. 1095352-3 SJ/MS e inscrito no CPF nº. 946.784.481-87, residente e domiciliado Av. Tancredo Neves, nº. 220, Bairro Jardim Vânia (Balanção), na cidade de Colider-MT.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover doação do imóvel público denominado, Lote 010, Quadra 018A, Setor B, localizado na R. Marcio Penn, esquina com R. do Agricultor, nº. 10, bairro Cidade Alta, em Itaúba-MT, ao Sr. OTAVIO LUIZ FIEL, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade C.I./R.G. nº. 1095352-3 SJ/MS e inscrito no CPF nº. 946.784.481-87, residente e domiciliado Av. Tancredo Neves, nº. 220, Bairro Jardim Vânia (Balanção), na cidade de Colider-MT.

§ 1º A presente doação objetiva a legitimação da posse à Donatária, conforme autoriza a Lei Orgânica Municipal em seu art. 139, inciso XIV, o art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 13.465/2015, em seus artigos 9º e seguintes, nos moldes da Resolução de Consulta do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso nº. 05/2009.

§ 1º A presente doação objetiva a legitimação da posse à Donatária, conforme autoriza a Lei Orgânica Municipal em seu art. 139, inciso XIV, o art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº. 8.666/93, a Lei Federal nº. 13.465/2015, em seus artigos 9º e seguintes, nos moldes da Resolução de Consulta do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso nº. 05/2009.

§ 2º Fica autorizada a lavratura do pretendido Termo de Doação, para fins de escrituração do bem junto ao Cartório de Registros de Imóveis (CRI) competente, devendo as despesas serem custeadas pelo Donatário.

§ 2º Após o devido desmembramento/parcelamento do lote de origem denominado, Lote 014, Quadra 018, Setor "B", junto ao competente Cartório de Registros de Imóvel, objeto da presente doação, fica autorizada a lavratura do pretendido Termo de Doação, para fins de escrituração do bem, devendo as despesas serem custeadas pelo Donatário.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº. 1.306, de 16 de agosto de 2019 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba-MT, em 27 de novembro de 2019.

VALCIR DONATO  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 27/11/2019 a 26/12/2019.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

#### ATO

#### EXTRATO ADITIVO N.º 004/2019 AO CONTRATO N.º 037/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; CONTRATADO: UASHINGTON PAIM NETO DE ASSUNÇÃO E CIA LTDA ME; OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA até 06/06/2020. Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do Contrato n.º 037/2016, de 06/09/2016, celebrado entre as partes acima mencionadas.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD  
Prefeito Municipal

### LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2019

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, ao MENOR VALOR POR ÍTEM, tendo por objeto o "Registro de Preços para Contratação de empresa para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas elétricos dos veículos e maquinários da Frota Municipal com inclusão de materiais", nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia 10 DE DEZEMBRO DE 2019 - 09:00h - MT. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site [www.jaciara.mt.gov.br](http://www.jaciara.mt.gov.br) ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0\*\*66) 3461 7925.

Jaciara, 27 de novembro de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER  
Pregoeiro

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

#### ATO

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA/MT RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N.º 009/2019

O Município de Juína, Estado de Mato Grosso, através do Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria Municipal nº 6412-2019, TORNA PÚBLICO, que sagrou-se vencedora a empresa: MAICO RIGOTTI EIRELI-ME, no valor total de R\$ 392.199,59 (Trezentos noventa e dois mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos).

Juina-MT, 27 de novembro de 2019.

Marcio Antonio da Silva  
Presidente da CPL - Poder Executivo  
Juína/MT.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA/MT

#### RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º

104/2019-SRP

Município de Juína, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria Municipal nº 6413-2019, TORNA PÚBLICO, que retifica o resultado onde se lê: sagrou-se vencedora a empresa: DISBRANDO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA-EPP, no item 12: NUTRICENTER DISTR. DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPLTDA-ME, nos itens 01 a 11, 13 a 28. Passa a ler: DISBRANCO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA, nos itens: 12, 18 e 19 e NUTRICENTER DISTR. DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPLTDA-ME, nos itens 01 a 11, 13 a 17, 20 a 28.

Juina-MT, 27 de novembro de 2019.

Marcio Antonio da Silva  
Pregoeiro Designado  
Poder Executivo.

### LEGISLAÇÃO

#### LEI N.º 1.898/2019.

Institui a Política Municipal do Livro, no âmbito do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituída a Política Municipal do Livro, destinada a promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização de livros no Município de Juína-MT, com vistas à difusão da cultura, à transmissão do conhecimento, ao estímulo à pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural.

Art. 2.º Para efeitos desta lei considera-se:

I - livro: a publicação não periódica de textos escritos, em fichas ou folhas grampeadas, coladas ou costuradas, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e com qualquer acabamento;

II - autor: a pessoa física criadora de livros;

III - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

IV - distribuidor: a pessoa jurídica que atua no ramo de compra e venda de livros por atacado; e,

V - livreiro: a pessoa jurídica ou o representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Parágrafo Único. Equiparam-se a livro:

I - fascículos e publicações de qualquer natureza que contenham parte de livro;

II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;

III - roteiros de leitura e estudo de obras literárias ou didáticas;

IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou amarrar;

V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;

VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;

VII - obras divulgadas em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual; e,

VIII - obras impressas em *braille*.

Art. 3.º A política de que trata a presente Lei tem como objetivos:

I - assegurar o direito de acesso e uso do livro;

II - fomentar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

III - estimular a produção, por escritores e autores juinenenses e mato-grossenses ou residentes no Estado, de obras de caráter científico e cultural;

IV - promover e incentivar o hábito da leitura;

V - preservar o patrimônio literário, bibliográfico e documental do Município;

VI - criar condições para que o mercado editorial do Município de Juína-MT possa competir no cenário nacional e internacional;

VII - apoiar a livre circulação no País de livros editados no Município de Juína-MT;

VIII - capacitar a população para o uso do livro, como fator fundamental para seu progresso econômico, político e social e para a justa distribuição do saber e da renda;

IX - promover a instalação e a ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros no Município;

X - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros do Município de Juína-MT as condições necessárias ao cumprimento do disposto Na presente Lei; e,

XI - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Art. 4.º Para a consecução dos objetivos previstos na presente Lei compete ao Poder Público, isoladamente ou por meio de parcerias públicas ou privadas:

I - criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, bem como ampliar os projetos existentes;

II - estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura;

III - incentivar a criação e a execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) exigência de acervo mínimo de livros nas bibliotecas escolares para autorização de funcionamento de escolas públicas e privadas;

c) incentivo à adoção, pelas escolas públicas e privadas, de obras literárias produzidas no Município de Juína-MT;

d) elaboração, pelos órgãos competentes, de um cronograma de eventos e atividades de incentivo à leitura nas escolas da rede pública municipal e estadual;

IV - incentivar à exportação de livros produzidos do Município de Juína-MT e à sua venda em feiras e eventos internacionais; e,

V - apoiar cursos de capacitação nas áreas de produção, edição e comercialização de livros no Município de Juína-MT.

Art. 5.º É obrigatória a adoção do número internacional padronizado ISBN, bem como da ficha de catalogação, para publicação do livro.

Parágrafo Único. O número a que se refere o *caput*, do presente artigo, constará da parte inferior da quarta capa do livro impresso.

Art. 6.º O livro não é considerado material permanente para fins de controle dos bens patrimoniais das bibliotecas públicas.

Art. 7.º De toda produção de livros do Município de Juína-MT, 02 (dois) exemplares de cada livro deverão ser destinados pelos editores às bibliotecas estaduais, conforme disposto na Lei de Incentivo à Cultura.

Art. 8.º Fica obrigatória a aquisição anual pelo Poder Executivo Municipal de livros de escritores e autores juinenenses e mato-grossenses ou residentes no Estado, de obras de caráter científico e cultural, para abastecimento dos acervos das bibliotecas escolares da rede municipal, comunitárias e da Biblioteca Pública.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros para aquisição que trata o *caput*, do presente artigo, deverão ser oriundos do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.821/2018.

Art. 9.º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial, no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar a presente Lei, sempre que necessário, por Decreto do Executivo, e baixar outros atos regulamentares pertinentes e adequados, a partir de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 27 de novembro de 2019.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA

PORTARIA N.º 8.570/2019.

Concede Licença Prêmio ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

### RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO ao Servidor Público Municipal, ULISSES COSTA DOURADO JUNIOR, matrícula n.º 1170, investido no cargo de provimento efetivo de Técnico Desportivo Classe B - 20 Horas, referente ao período aquisitivo de 02/07/2012 a 01/07/2017, com início em 02/12/2019 e retorno em 01/01/2020.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína - MT, 13 de novembro de 2019.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 8.571/2019.